



DIÁRIO DO JUDICIÁRIO

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 553, de 22 de setembro de 2014.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (1) (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.769.625.943,36	0,00
Pessoal Ativo	2.723.065.469,48	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.046.560.473,88	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	1.161.909.628,31	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	0,00
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	347.550.243,16	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	813.785.396,49	0,00
Despesas de Caráter Indenizatório (3)	573.988,66	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.607.716.315,05	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	47.326.577.170,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.607.716.315,05	5,51
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art . 20 da LRF)	2.797.000.710,79	5,91
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art . 22 da LRF)	2.657.150.675,25	5,61
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	2.517.300.639,71	5,32

FONTE: SIAFI / MG e RCL informada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

NOTA: Considerando que não houve aumento significativo das despesas de pessoal, além daquelas asseguradas em lei, conforme informações fornecidas pela DEAHRU- Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos, o desequilíbrio decorre da desaceleração da economia, resultando na queda de arrecadação do Estado de Minas Gerais. Caso permaneça a situação econômica vigente, o TJMG adotará medidas corretivas para fins de contingenciamento do gasto e recondução aos limites legais estabelecidos.

(1) - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

(2) - Despesas totais da procedência 5, consoante Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 19 de agosto de 2010.

(3) - Despesas não computadas, art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 573.988,66

Desembargador PEDRO CARLOS BITENCOURT MARCONDES, Presidente; Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib, Auditora; Hilton Secundino Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva coutinho, Gerente de Contabilidade.



DIÁRIO DO JUDICIÁRIO

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 553, de 22 de setembro de 2014.
c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (1) (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.769.625.943,36	0,00
Pessoal Ativo	2.723.065.469,48	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.046.560.473,88	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	1.198.199.045,65	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	0,00
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores (2)	151.064.583,11	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (3)	1.046.560.473,88	0,00
Despesas de Caráter Indenizatório (4)	573.988,66	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.571.426.897,71	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	47.326.577.170,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.571.426.897,71	5,43
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art . 20 da LRF)	2.797.000.710,79	5,91
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art . 22 da LRF)	2.657.150.675,25	5,61
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	2.517.300.639,71	5,32

FONTE: SIAFI / MG e RCL informada pela Secretária de Estado da Fazenda.

NOTA: Considerando que não houve aumento significativo das despesas de pessoal, além daquelas asseguradas em lei, conforme informações fornecidas pela DEAHRU- Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos, o desequilíbrio decorre da desaceleração da economia, resultando na queda de arrecadação do Estado de Minas Gerais. Caso permaneça a situação econômica vigente, o TJMG adotará medidas corretivas para fins de contingenciamento do gasto e recondução aos limites legais estabelecidos.

(1) - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

(2) - Despesa com Pessoal Ativo;

(3) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(4) - Despesas não computadas, art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 573.988,66

Desembargador PEDRO CARLOS BITENCOURT MARCONDES, Presidente; Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib, Auditora; Hilton Secundino Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.